

PL ANTIFACÇÃO

Desfiguração, retrocesso e blindagem
Relatório de Derrite desmonta proposta
original, ameaça operações da PF e fere
o combate ao crime organizado

POLÍCIA
FEDERAL

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára

be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Já está disponível para compra o novo livro do jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

» PROGRAMA Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA

ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)





Ameaça ao combate

Relator do PL Antifacção desfigurou o texto original, esvaziando a Polícia Federal e alterando a lei antiterrorismo. Governo reagiu com firmeza, e Derrite recuou de parte das mudanças após críticas públicas do Planalto. **pág. 04**

CAPA

PL Antifacção do Governo Federal corre risco de desconfiguração em relatório e gera reação; Derrite recua **pág. 04**

“Somos uma região de paz e queremos continuar assim”, diz Lula na IV Cúpula da Celac-UE **pág. 07**

Edinho Silva diz que mudanças no PL antifacção “só favorecem bandidos” **pág. 09**

BRASIL

COP30: desafios, metas e futuro climático em pauta no coração da Amazônia **pág. 11**

Governo Federal inicia tradução da Constituição Federal para línguas indígenas mais faladas no Brasil **pág. 14**

Censo revela aumento de diversidade étnica indígena no Brasil **pág. 15**

Por uma transição ecológica justa: desafios e alternativas ao sistema financeiro internacional **pág. 16**

ECONOMIA

Inflação sob controle, PIB em alta e menos pobreza: os números do Brasil em 2025 **pág. 18**

POLÍTICA

Golden Boys: investigado pela fraude do INSS vai à CPMI com sapato de R\$ 9.300 e permanece em silêncio **pág. 20**

Onyx admite doação de R\$ 60 mil de investigado e nega convivência no esquema do INSS **pág. 22**

Em entrevista, Paulo Okamoto reforça importância da formação política às vésperas de ano eleitoral **pág. 24**

Seminário define estratégias de comunicação para ampliar canais e reeleger Lula **pág. 24**

CULTURA

Ana Maria Gonçalves é eleita para a ABL e quebra um silêncio de 128 anos **pág. 28**

INTERNACIONAL

Trump ameaça processar BBC por US\$ 1 bilhão e amplia ofensiva contra a imprensa **pág. 32**



PL Antifacção do Governo Federal corre risco de desconfiguração em relatório e gera reação; Derrite recua

Alterações no projeto original criam entraves à atuação da PF, fragmentam competências federais e abrem brechas para proteção de parlamentares investigados

Redação Focus Brasil

O substitutivo apresentado pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP) ao Projeto de Lei Antifacção enviado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso provocou uma onda de reações imediatas do governo federal, da cúpula da Polícia Federal e de entidades da área jurídica.

Na avaliação dos críticos, o relatório altera profundamente a proposta original encaminhada

pelo Executivo, fragiliza a atuação da PF e pode inviabilizar investigações em curso contra o crime organizado — inclusive com impactos sobre apurações de desvio de verbas parlamentares.

Atualização: O relator do projeto de lei antifacção, deputado Guilherme Derrite (PP-SP), recuou e apresentou nesta terça-feira (11) uma nova versão de seu parecer, retirando as alterações que mexiam na Lei Antiterrorismo e nos trechos que poderiam modificar a atuação da Polícia Federal. A decisão veio após fortes críticas do governo federal e uma manifestação oficial da PF

alertando para os riscos de enfraquecimento no combate ao crime organizado.

“A adoção de um diploma autônomo torna desnecessária qualquer disposição expressa sobre a competência do Ministério Público, da Polícia Federal ou das polícias judiciárias estaduais”, escreveu Derrite no novo relatório. Com a mudança, ele propõe a criação de um “Marco Legal do Combate ao Crime Organizado”, separado da legislação antiterrorismo. Mesmo com o recuo, líderes da oposição como Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) defendem a equiparação entre facções e terrorismo e prometem insistir na pauta em outro projeto.

Notas oficiais da PF, da ADPF (Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal), declarações de ministros e de lideranças do Congresso reforçaram o alerta sobre o risco de retrocessos institucionais.

A Polícia Federal afirmou que o parecer de Derrite impõe “restrições significativas” à atuação da corporação, alertando que operações como a Carbono Oculto, deflagrada contra organizações criminosas em outubro, “estariam sob ameaça de não ocorrerem ou de terem seus efeitos severamente limitados”.

A ADPF também classificou trechos do relatório como “inaceitáveis e flagrantemente inconstitucionais”, por submeterem investigações federais à autorização de autoridades estaduais.

Nomeado relator do projeto pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o deputado Guilherme Derrite — secretário licenciado da Segurança Pública de São Paulo — apresentou seu primeiro parecer 24 horas após assumir a função.

O conteúdo foi criticado pela ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, que afirmou ter advertido o presidente da Câmara sobre o “desrespeito ao governo” e destacou que o relator indicado “está contaminado pela disputa política”.

O projeto original e as alterações no relatório

O projeto de lei foi encaminhado pelo governo após a megaoperação policial no Rio de Janeiro que deixou 121 mortos. A proposta altera a Lei das Organizações Criminosas, aumenta penas de 3 a 8 anos para 5 a 10 anos e introduz a figura da “organização criminosa qualificada”, com pena máxima de 15 anos para casos com domínio territorial exercido por violência.

Além disso, o texto do Executivo não mexia na Lei Antiterrorismo. O relator, porém, incluiu 11 condutas atribuídas a facções, milícias e grupos paramilitares como atos terroristas — o que pode alterar o foro das investigações e levar à sobrecarga da Justiça Federal. A proposta do relator também cria um banco de dados nacional e estaduais interoperáveis com nomes de membros de facções, e institui a inelegibilidade para os registrados.

Outra mudança central é a tentativa de limitar a atuação da Polícia Federal. Em sua versão inicial, Derrite previa que a PF só poderia atuar mediante solicitação formal dos governadores. Após a reação pública, alterou o trecho para permitir a cooperação “sempre que os fatos investigados envolverem matérias de competência constitucional ou legal da PF”.

Ainda assim, técnicos do governo apontam que a nova redação continua abrindo brechas para questionamentos judiciais e deslocamentos de foro, além de enfraquecer a autonomia da corporação.

“Essa proposta cria um entrave que compromete o funcionamento das investigações. Trata-se de subordinar a PF a interferências locais que contrariam a Constituição”, afirmou o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, em entrevista ao UOL News. “Qualquer cerceamento da atuação da Polícia Federal será rechaçado de pronto.”

Rodrigues também criticou a tentativa de equiparar crime organizado a terrorismo: “São objetivos distintos, meios de investigação distintos e consequências processuais completamente diferentes. O caos que isso geraria no sistema de justiça criminal do país é imensurável.”

Repercussão política: prerrogativas em risco e retorno da blindagem

A reação mais contundente no Congresso veio do líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), que classificou o relatório como uma tentativa de “ressuscitar a PEC da Blindagem” — proposta rejeitada no Senado que buscava impedir investigações contra parlamentares. “Eles acabaram com o conceito de facção. Há briga federativa sobre competências. É um ataque frontal à PF. A operação Carbono Oculto não existiria nestes termos”, declarou Lindbergh, em coletiva.

“Esse projeto é do Executivo e o relator o desfigurou. É o maior ataque à Polícia Federal da história do Brasil. E o mais grave: ele pode proteger parlamentares sob investigação. Estamos abrindo caminho para a consolidação do crime organizado no país com o enfraquecimento da PF e da Receita Federal”, afirmou. Segundo Lindbergh, a Operação Cadeia de Carbono, que apura fraudes no setor de combustíveis, poderia ser anulada se a legislação estivesse em vigor.

O líder também alertou para os efeitos da nova redação no enfrentamento às milícias e à penetração do crime organizado na política: “Estamos tratando de investigações sobre o financiamento de criminosos no setor de combustíveis, sobre relações com a Faria Lima, sobre expansão de facções para além do Rio de Janeiro. E estão tentando criar mecanismos de proteção a investigados.”

Para o presidente nacional do PT, Edinho Silva, o texto de Derrite “ataca a instituição que mais tem condições de enfrentar o crime organizado”. Em publicação nas redes sociais, Edinho afirmou que “ter que comunicar governos

Após pressão do governo e crítica da Polícia Federal, Guilherme Derrite recua e retira mudanças vistas como “nova PEC da Blindagem” de seu parecer; relator abandona tentativa de alterar Lei Antiterrorismo e de limitar a atuação da PF



Luiz Marques/Agência Brasil

estaduais das investigações favorece o vazamento de operações e beneficia bandidos”.

Governo vê tentativa de interferência política em investigações

A ministra Gleisi Hoffmann destacou que o relatório do relator altera a lógica de atuação da PF e transfere, na prática, o controle da apuração de crimes federais para os governos estaduais. “É um salvo-conduto. Retira da PF o papel de mirar o dono do dinheiro e atingir os chefões. Isso não é técnica legislativa, é blindagem institucional”, declarou em entrevista à GloboNews.

Ela também criticou o uso da Lei Antiterrorismo para incluir condutas típicas de organizações criminosas: “Se o objetivo era aumentar penas, por que não fazer isso na legislação que trata de facções, como o governo propôs? Qual o sentido dessa equiparação?”.

O governo teme ainda que a proposta, se aprovada como está, possa inviabilizar investigações de desvio de emendas parlamen-

tares — tema sensível que já aparece em operações recentes da PF e do Ministério da Justiça.

Notas da PF e da ADPF alertam para retrocessos

Em nota oficial, a Polícia Federal afirmou que o projeto modificado compromete o alcance e os resultados de investigações complexas. A corporação lembrou que, pela proposta, “a execução de operações dependeria de solicitação do governo estadual”, o que representa “risco real de enfraquecimento no combate ao crime organizado”.

A Associação Nacional dos Delegados da PF também emitiu comunicado afirmando que o substitutivo “cria brechas para impunidade e ingerência política”, e classificou como “flagrantemente inconstitucional” a tentativa de limitar a atuação da PF a autorizações estaduais ou municipais.

“Qualquer tentativa de restringir a autonomia operacional da Polícia Federal compromete a efetividade das ações de enfrentamento ao crime organizado”, afirma a nota da entidade.

Debate segue no Congresso

O relator defendeu as mudanças alegando que ouviu sugestões de diversos setores, incluindo agentes de segurança e juristas. Para o governo e para a cúpula da PF, no entanto, o parecer traz distorções graves que esvaziam o texto original e criam instabilidade jurídica.

O projeto segue em debate na Câmara dos Deputados. A posição do Executivo, segundo parlamentares da base, é de que não há acordo possível sobre os trechos que comprometem as prerrogativas da PF e abrem caminho para interferências indevidas. Os dois pontos considerados inegociáveis são: a autonomia da Polícia Federal e a rejeição à inclusão de crimes de facções na Lei Antiterrorismo.

O governo tenta agora recompor o texto com os líderes partidários, antes que o substitutivo vá a voto. A disputa, no entanto, ultrapassa o conteúdo técnico e já se transformou em um embate político sobre o futuro do combate ao crime organizado no país.



“Somos uma região de paz e queremos continuar assim”, diz Lula na IV Cúpula da Celac-UE

Presidente discursou na Sessão Plenária de Chefes de Estado e de Governo e defendeu maior integração regional, cooperação em segurança e a democracia contra o extremismo político

Em discurso na IV Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da União Europeia (UE), realizada neste domingo, 9 de novembro, em Santa Marta, Colômbia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu o papel central dos dois blocos para uma ordem mundial baseada na paz, no multilateralismo e na multipolaridade.

O presidente fez uma forte defesa da retomada da integração regional que, segundo ele, vive uma profunda crise. “Voltamos a ser uma região balcanizada e dividida, mais voltada para fora do que para si própria”, avaliou Lula, ao cobrar avanços concretos na pauta econômica, com destaque para o Acordo MERCOSUL-União Europeia.

O presidente Lula fez um diagnóstico sobre o momento atual da América Latina e do Caribe e

mencionou o retorno de ameaças como o extremismo político e o crime organizado. Além disso, afirmou que a guerra na Europa consome recursos essenciais para o desenvolvimento.

Lula alertou que projetos pessoais de poder estão minando a democracia e que disputas ideológicas impedem a cooperação, resultando em cúpulas vazias e com iniciativas que não saem do papel. “A intolerância ganha força e vem impedindo que diferentes pontos

de vista possam se sentar à mesma mesa. Voltamos a conviver com as ameaças do extremismo político, da manipulação da informação e do crime organizado”, enfatizou.

“Somos uma região de paz e queremos permanecer assim. Democracias não combatem o crime violando o direito internacional. A democracia também sucumbe quando o crime corrompe as instituições, esvazia os espaços públicos, destrói famílias e destrutura negócios”, sentenciou Lula.

Segurança e cooperação

O presidente Lula destacou que a segurança é um dever do Estado e um direito humano fundamental e que o combate à criminalidade não pode ser feito violando o direito internacional.

Ele também defendeu que nenhum país pode enfrentar o crime transnacional isoladamente. “Não existe solução mágica para acabar com a criminalidade. É preciso reprimir o crime organizado e suas lideranças, estrangulando seu financiamento e rastreando e eliminando o tráfico de armas”, disse Lula.

Como exemplos de sucesso na cooperação, o presidente citou a renovação do Comando Tripartite da Tríplice Fronteira, com Argentina e Paraguai, e o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, em Manaus, que reúne nove países sul-americanos.

“Ações coordenadas, intercâmbio de informações e operações conjuntas são essenciais. Essas são plataformas permanentes de cooperação para combater crimes financeiros e o tráfico de drogas, de armas e de pessoas”, registrou Lula.

Agenda econômica

Na pauta econômica, o presidente Lula apontou o Acorde MERCOSUL-União Europeia como prova de que é possível fortalecer o multilateralismo comercial. Ele manifestou a esperança de que, na próxima cúpula do MERCOSUL, em dezembro, os dois blocos possam “finalmente dizer sim” ao acordo.

“Também temos um enorme potencial de aprofundar nossos laços econômicos. Espero que os dois blocos possam finalmente dizer sim para o comércio internacional baseado em regras como resposta ao unilateralismo”, disse o presidente.

Lula destacou que o instrumento integrará um mercado de 718 milhões de pessoas e será essencial para que a América Latina e o Caribe revertam seu papel histórico de fornecer matéria-prima e mão-de-obra barata para o mundo desenvolvido.

COP30

O líder brasileiro também citou a COP30, realizada na Amazônia, como uma oportunidade para a região liderar a transição energética e mostrar que conservar as florestas é cuidar do futuro do planeta. “O Fundo de Florestas Tropicais para Sempre [TFFF] é uma solução inovadora para que nossas florestas valham mais em pé do que derrubadas”, mencionou Lula, sobre o TFFF lançado na Cúpula de Líderes da COP30, na última quinta-feira (dia 6 de novembro).

“A transição energética é inevitável. Nossa região é fonte segura e confiável de energia limpa e pode acelerar a redução da dependência dos combustíveis fósseis”, completou o presidente.

Proposta à ONU

Ao final de seu discurso, o presidente ressaltou o pioneirismo das duas regiões na promoção da igualdade de gênero e fez uma proposta histórica. “É chegada a hora de ter uma latino-americana no cargo de Secretária-Geral da ONU”. Ele lembrou que as mulheres, mesmo sendo mais da metade da população mundial, nunca ocuparam o mais alto posto das Nações Unidas.

“Precisamos enviar ao mundo um sinal de que duas regiões estratégicas como América Latina e Caribe e a Europa estão comprometidas com uma agenda promissora. Uma agenda de paz, cooperação, ampliação do comércio e dos investimentos, geração de empregos e crescimento sustentável”, declarou Lula.

A cúpula

A CELAC foi criada em 2010 e reúne os 33 países da América Latina e do Caribe. A organização intergovernamental tem o propósito de promover o diálogo e a cooperação em temas como segurança alimentar, saúde, energia, desenvolvimento sustentável e transformação digital na região.

A Colômbia ocupa a presidência pro tempore do mecanismo em 2025, sucedendo Honduras, e será sucedida pelo Uruguai em 2026. O Brasil, que teve papel central na criação da comunidade, retomou sua participação plena em janeiro de 2023, após três anos de ausência, reafirmando a integração regional como prioridade de sua política externa.

(Informações do Palácio do Planalto)

Edinho Silva diz que mudanças no PL antifacção “só favorecem bandidos”

Texto foi alterado pelo deputado Guilherme Derrite (PP) e ataca a autonomia da Polícia Federal no combate ao crime organizado no país



Paulo Pinto

Agência PT

Não tardaram as reações do Partido dos Trabalhadores (PT) e do governo Lula às mudanças feitas pelo relator, deputado federal Guilherme Derrite (Progressistas), no Projeto de Lei (PL) Antifacção, na noite de segunda-feira (10). O bolsonarista decidiu esvaziar as atribuições da Polícia Federal (PF) no combate ao crime organizado, diferentemente do que constava no texto inicial. A proposta alterada será apresentada nesta terça (11), em

reunião de líderes na Câmara.

O presidente nacional do PT, Edinho Silva, rebateu Derrite com firmeza. Por meio da rede social X, Edinho acusou o relator do projeto de facilitar o crime organizado. E ainda fez questão de lembrar que o deputado se licenciou da Câmara para servir ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

“As mudanças no relatório do PL Antifacção, divulgadas pelo Derrite, secretário de Segurança Pública do Tarcísio, continuam enfraquecendo a Polícia Federal; atacam sua autonomia, limitam a instituição que mais tem condições de enfrentar o crime orga-

nizado e combater a corrupção”, condenou Edinho.

“Ter que comunicar governos estaduais das suas investigações limita a ação contra o crime e vai propiciar o vazamento de operações, o que só favorece bandidos”, acrescentou.

Ataque à PF

Também no X, a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), Gleisi Hoffmann, afirmou que Derrite está se prestando a “proteger a bandidagem” ao subverter completamente o PL remetido pelo governo federal.

“Isso é um presente para as

facções que atuam em todo o país, inclusive no mercado financeiro, e que estão sendo enfrentadas com inteligência. As mudanças inviabilizam ações coordenadas contra a estrutura financeira das facções, como a Operação Carbono Oculto, e podem tumultuar os inquéritos e ações judiciais em andamento, porque alteram as competências da União e dos Estados, de forma inconstitucional”, criticou Gleisi.

Em uma segunda publicação, a chefe da SRI descartou qualquer negociação que pretenda enfraquecer a PF. “Não há e não haverá acordo que suprima as competências, atribuições e autonomia da Polícia Federal. Encaramos com preocupação qualquer manobra para modificar o papel da PF no combate ao crime organizado.”

Já o deputado federal Lindbergh Farias (RJ), líder do PT na Câmara, ironizou Derrite por querer “domesticar a PF”. “As alterações não mudam coisa alguma: ele continua atacando a Polícia Federal, tentando transformar um instrumento de Estado em refém de interesses políticos”, acusou.

“Algo deve mudar para que tudo continue como está. A frase de Lampedusa descreve o truque: a PF só pode agir se houver solicitação estadual, ou — pasmem — se ‘agir por iniciativa própria’, precisa avisar antes, como se pedisse autorização. Estão com medo de uma operação surpresa?”, questionou o petista.

Por fim, Lindbergh criticou a equiparação das facções ao terrorismo. “Por trás disso, está o braço político do crime, interessado em proteger agentes, contratos e emendas que a Operação Carbono Oculto começou a revelar”, apontou.

“Retrocesso”

A própria PF precisou se manifestar a respeito. A corporação



Gleisi Hoffmann
@gleisi



As mudanças do relator Guilherme Derrite no Projeto de Lei Antifacção tiram a Polícia Federal do combate ao crime organizado. Isso é um presente para as facções que atuam em todo o país, inclusive no mercado financeiro, e que estão sendo enfrentadas com inteligência. As mudanças inviabilizam ações coordenadas contra a estrutura financeira das facções, como a Operação Carbono Oculto, e podem tumultuar os inquéritos e ações judiciais em andamento, porque alteram as competências da União e dos Estados, de forma inconstitucional. Na prática, as mudanças que o Secretário de Tarcísio de Freitas propõe, vão proteger a bandidagem e as facções, subvertendo totalmente o projeto enviado pelo governo do presidente @LulaOficial. E para piorar, ele mantém com outro nome a ideia de classificar facções como terroristas, que não resolve nada, mas é uma grave ameaça à soberania do país e nossas empresas. Crime organizado se combate com ações conjuntas e coordenadas, com planejamento e inteligência, como propõe a PEC da Segurança Pública que o governo enviou em abril à Câmara dos Deputados e esse projeto de Lei Antifacção

classificou as mudanças sugeridas por Derrite de “retrocesso”. “A Polícia Federal reafirma que continuará defendendo suas atribuições constitucionais e a preservação da sua autonomia funcional, a fim de garantir o cumprimento da lei e a defesa da sociedade brasileira”, diz a nota divulgada na segunda (10).

“Pelo relatório apresentado, o papel institucional histórico da Polícia Federal no combate ao crime — especialmente contra criminosos poderosos e organizações de grande alcance — poderá sofrer restrições significativas. A execução de operações pela Polícia Federal dependeria de solicitação do governo estadual da região investigada, o que constitui um risco real de enfraquecimento no combate ao crime organizado”, critica.

Insegurança jurídica

Em entrevista à Agência Brasil, o professor de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFRGS) Rodrigo Azevedo considerou temerários os substitutivos definidos pelo relator.

“Esse parágrafo cria uma dificuldade, um entrave, tanto que essa atuação da Polícia Federal vai depender de uma provocação do governador [...] Então não há como garantir com isso a mínima segurança jurídica em relação a essa previsão de para quais situações isso se coloca”, explicou.

Azevedo avalia que as mudanças na proposta estão no sentido contrário daquilo que o governo Lula tem sinalizado para o enfrentamento ao crime organizado.

“Hoje, não precisa dessa provocação prévia do governador, ou mesmo do Ministério da Justiça. Quando há um delito que tem essa repercussão interestadual ou transnacional, automaticamente a competência para isso é remetida para a Polícia Federal e para a Justiça Federal. E aí ela vai atuar em coordenação com as polícias estaduais, como tem acontecido já normalmente”, concluiu.



COP30: desafios, metas e futuro climático em pauta no coração da Amazônia

Com mais de 50 mil participantes, a COP30 se estende até 21 de novembro na capital paraense, que se tornou sede temporária do governo federal por decreto do presidente Lula

Claudia Rocha

Belém se tornou, nesta segunda-feira (10), a capital diplomática do clima. Sediando a COP30, o Brasil assume papel de protagonista global nas negociações ambientais, com presença de mais de 50 mil representantes de 194 países, entre diplomatas, líderes, ativistas, cientistas e empresários de 194 delegações.

Durante o período do evento, por sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em ato simbó-

lico, a capital federal foi transferida temporariamente de Brasília para Belém.

Realizada anualmente desde 1995, a “Conferência das Partes” é um encontro da Organização das Nações Unidas, a ONU, para que os 197 países membros discutam e se comprometam com um pacto ambiental para redução dos danos causados pela ação do homem na natureza, que, entre outros pontos, levou ao aquecimento global.

No coração da Amazônia

Em seu discurso na abertura da cúpula, Lula resgatou o histórico do evento, destacando a centrali-

dade política do multilateralismo e seus efeitos positivos, citou os últimos eventos climáticos como o furacão Melissa e o tornado no Paraná, além de se posicionar contrário ao negacionismo climático.

O presidente destacou a importância do evento ser sediado em Belém. “Trazer a COP para o coração da Amazônia foi uma tarefa árdua, mas necessária. A Amazônia não é uma entidade abstrata. Quem só vê a floresta de cima desconhece o que se passa à sua sombra”, disse.

E completa: “se os homens que fazem guerra estivessem aqui

nesta COP, eles iriam perceber que é muito mais barato colocar US\$ 1,3 trilhão para acabar com o problema climático do que colocar US\$ 2,7 trilhões para fazer guerra como fizeram no ano passado”, afirmou Lula.

Pela primeira vez, os Estados Unidos não enviaram uma delegação à COP. A decisão foi criticada por líderes internacionais e reflete a política negacionista do presidente Donald Trump, que voltou a romper com o Acordo de Paris este ano.

Apesar disso, a expectativa do Brasil e de outros países é de que a edição de Belém seja o espaço capaz de reabrir um ciclo de ambição, com compromissos mais fortes, prazos definidos e mecanismos de revisão mais rigorosos.

Diferente das últimas edições, os negociadores chegaram rapidamente e de maneira harmoniosa a um consenso sobre a agenda das discussões da conferência. O embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe do Brasil e atual presidente da COP30, elogiou o acordo e agradeceu o empenho das delegações.

Ao longo das duas semanas de

trabalho, na Blue Zone (espaço restrito), serão analisados e revisados mais de 100 documentos que tratam desde as metas de mitigação até o objetivo global do financiamento.

Presente no discurso de Lula, o tema justiça social também apareceu em uma fala da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. “Pensar o enfrentamento da desigualdade junto com o enfrentamento da mudança do clima é algo perfeitamente possível, e é o único caminho para lidar com os dois problemas com eficiência”, apontou a ministra.

Cúpula de líderes

Convocado pelo presidente Lula, o encontro de chefes de Estado foi realizado antes da abertura oficial do evento e durou dois dias, quinta (6) e sexta-feira (7). Com a presença de mais de 70 presidentes e outras autoridades de 140 países, a cúpula foi definida por diplomatas como um “termômetro político”.

Sem caráter deliberativo, o evento trouxe os principais temas da COP30, com destaque para o

financiamento climático, as reduções de emissões, adaptação dos países, proteção das florestas e a transição energética.

Roteiro Baku-Belém

Um documento elaborado em parceria entre as presidências da COP29 (Azerbaijão) e COP30 (Brasil) foi apresentado na última quarta-feira (5) com um plano ousado de mobilização de recursos.

O chamado roteiro Baku-Belém prevê ao menos US\$ 1,3 trilhão por ano até 2035 para o financiamento de ações de combate à crise climática. De acordo com a proposta, as fontes de arrecadação podem ocorrer a partir de taxação de grandes fortunas, bens de luxo e aviação, além de uma reforma no sistema financeiro global, com possibilidade de crédito para países em desenvolvimento.

O texto não será alvo de negociação nos trabalhos da conferência e nem será utilizado como tratado internacional, mas é considerado um passo importante na direção de transformar promessas em valores financeiros.

O objetivo é criar um mecanismo que dê previsibilidade aos investimentos em mitigação (redução das emissões), adaptação (lidar com os efeitos climáticos) e transição energética (substituição dos combustíveis fósseis).

Acordo de Paris e NDCs

Em 2015, na COP21, foi firmado o primeiro pacto global para conter os avanços da degradação ambiental com a perspectiva de barrar o aquecimento do planeta. A meta é limitar que o aquecimento fique abaixo dos 2°C, com o esforço de que a taxa chegue a no máximo 1,5°C.

O Acordo de Paris substituiu o antigo Protocolo de Kyoto e contou com a assinatura de praticamente todos os países, com exceção de Irã, Líbia e Iêmen. Com



Bruno Peres/Agência Brasil

Lula discursa na abertura da COP30, em Belém, e defende investimento global contra a crise climática: “A Amazônia não é uma entidade abstrata”



Donald Trump na presidência dos Estados Unidos, o país já saiu duas vezes do tratado, em 2020 e em 2025.

No tratado, a cada cinco anos, os países precisam apresentar suas metas de ações climáticas, chamadas de NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas). Nesta edição da COP, haverá uma nova rodada de apresentações de NDCs.

Segundo a diretora-executiva da COP30, Ana Toni, 111 países já entregaram suas metas. Em sua NDC, o Brasil propôs reduzir entre 59% e 67% a emissão de carbono na atmosfera até 2035.

Fundo Florestas Tropicais para Sempre

Conhecido pela sigla em inglês, o fundo TFFF foi proposto pelo Brasil em 2023, na COP28, em Dubai. A ideia, como o nome diz, é preservar as florestas tropicais ao redor do mundo a partir de financiamentos públicos e privados para os 70 países que possuem a vegetação preservada.

A iniciativa já soma US\$ 5,5

Brasil assume protagonismo global na COP30 e propõe fundo multibilionário para salvar florestas e frear aquecimento

bilhões em promessas de investimento, sendo US\$ 1 bilhão do próprio governo brasileiro. Nesta segunda-feira (10), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o objetivo é ultrapassar US\$ 10 bilhões em arrecadação durante o período do Brasil na presidência da conferência.

Para receber o valor do fundo, os países devem ter a taxa de desmatamento inferior a 0,5%, o pagamento integral, porém, só ocorrer se o desmatamento for igual a zero. A supervisão fica a cargo de um colegiado internacional com o apoio do Banco Mundial e 20% do montante deve ser destinado às comunidades tradicionais e povos indígenas que habitam o território.

Transição energética e Belém 4x

Um dos pontos de maior debate no encontro será a transição energética. Grande desafio dos tempos atuais, a descarbonização a partir da redução da queima de combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, é central para avançar no tema da sustentabilidade.

Nesse sentido, foi lançada durante a Cúpula de Líderes uma iniciativa batizada de Belém 4x, que pretende quadruplicar o uso de combustíveis sustentáveis até 2035. A ideia é uma parceria entre Brasil, Itália e Japão e já conta com a assinatura de 19 países. ■

Governo Federal inicia tradução da Constituição Federal para línguas indígenas mais faladas no Brasil

Carta Magna já foi traduzida para três línguas originárias: Tikuna, Kaiowá e Kaingang. Os documentos foram entregues nas aldeias de cada etnia

Agência Brasil

A Secretaria-Geral da Presidência da República acompanhou, entre os meses de setembro e outubro, a primeira etapa de entregas das traduções da Constituição Federal de 1988 para as línguas indígenas mais faladas no Brasil. A ação integra o Programa Língua Indígena Viva no Direito, uma parceria entre a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), com execução do Instituto de Direito Global (IDGlobal) e organizações da sociedade civil em cada território.

O objetivo do programa é garantir o acesso pleno ao texto constitucional por meio da tradução da Constituição Federal para as línguas Tikuna, Kaingang e Kaiowá. Além da CF/88, a iniciativa também prevê a tradução da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Daniel Estevão/AscomAGU

Primeiras entregas e participação das comunidades

No dia 12 de setembro, o povo Tikuna recebeu os primeiros artigos da Constituição traduzidos para a língua Tikuna. O evento foi realizado na Comunidade Santo Antônio, em Benjamin Constant (AM), na região do Alto Solimões.

No dia 19 de setembro, foi a vez do povo Kaingang, que participou da entrega da primeira parte do texto constitucional traduzido em cerimônia realizada na Floresta Nacional de Canelas (RS). Durante o encontro, Altaci Kokama, representante da Secretaria Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas do MPI, destacou que a ação se insere no marco da Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI), instituída

pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2019.

A última entrega da primeira fase ocorreu no dia 23 de outubro, no território indígena de Amambai (MS), com a apresentação da Constituição traduzida para a língua Kaiowá. A cerimônia reuniu representantes da AGU, MPI, Secretaria-Geral da Presidência, MJSP e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), além de lideranças indígenas, tradutores tradicionais, professores e pesquisadores envolvidos na execução do programa.

Durante as três cerimônias de entrega e validação, os artigos constitucionais foram lidos nas línguas originárias. Também foram apresentados os prazos e a metodologia para a validação da primeira versão com participação direta das comunidades falantes.



Com 53.446 indígenas, etnia Makuxí é a terceira mais populosa do país

Censo revela aumento de diversidade étnica indígena no Brasil

Dados de 2022 mostram crescimento de 86 etnias em relação a 2010, com destaque para processos de reafirmação identitária e mobilizações sociais

Fernanda Otero

O Brasil vive um momento histórico de reconhecimento de sua diversidade étnica, conforme revelam os dados do Censo Demográfico de 2022. O país registra agora 391 etnias indígenas, um aumento significativo em relação às 305 identificadas no censo anterior de 2010. A explosão dessa diversidade reflete processos de reafirmação identitária, mobilizações sociais e maior valorização do pertencimento étnico após décadas de racismo estrutural.

A população indígena no Brasil saltou de 896.917 pessoas em 2010 para 1,69 milhão em 2022 - crescimento de quase 90% em 12 anos. Desse total, 74,51% declararam

etnia específica, sendo as mais populosas Tikúna (74.061), Kokama (64.327) e Makuxí (53.446). Pela primeira vez, o censo permitiu a declaração de dupla etnia, captando 1,43% da população indígena que se identifica com mais de um grupo étnico.

O fenômeno é particularmente visível nas grandes cidades. São Paulo lidera com 271 etnias declaradas, seguida por Amazonas (259) e Bahia (233). Entre os municípios, a capital paulista registrou 194 etnias, Manaus 186 e Rio de Janeiro 176. Campinas, no interior de São Paulo, aparece com 96 etnias, reflexo da presença de universidades e políticas de inclusão.

Diversidade linguística e desafios

O censo identificou 295 línguas indígenas faladas por 474.856 pes-

soas com dois anos ou mais. As mais faladas são Tikúna (51.978), Guaraní Kaiowá (38.658) e Guajajara (29.212). Apesar do aumento numérico de falantes de línguas indígenas (de 293.853 para 433.980 entre 2010 e 2022), houve redução percentual de 37,35% para 28,51%.

Os dados revelam graves desigualdades. Entre as crianças indígenas de até cinco anos, 5,42% não têm registro de nascimento - taxa 4,91 pontos percentuais acima da média nacional (0,51%). Os Yanomami/Yanomán lideram esse triste ranking, com 3.288 crianças sem registro (65,54%).

As condições de saneamento básico também são precárias. Entre os Tikúna, 74,21% não têm acesso a água encanada dentro do domicílio; 92,82% utilizam formas inadequadas de esgotamento; e 76,59% não têm coleta de lixo. Situação similar afeta Guaraní Kaiowá, Kokama e outras etnias majoritárias. ■

Novas etnias reveladas pelo censo 2022

Principais destaques da diversidade étnica indígena

- Total de etnias: 391 (86 a mais que em 2010)
- Etnias mais populosas: Tikúna (74.061), Kokama (64.327), Makuxí (53.446)
- Novas declarações: 75 etnias não informadas em 2010
- Dupla etnia: 1,43% da população indígena declarou pertencimento a duas etnias
- Estados com maior diversidade: São Paulo (271), Amazonas (259), Bahia (233)
- Municípios líderes: São Paulo/SP (194), Manaus/AM (186), Rio de Janeiro/RJ (176)
- Crescimento percentual: Mato Grosso do Sul, Roraima e Tocantins tiveram os maiores aumentos



Por uma transição ecológica justa: desafios e alternativas ao sistema financeiro internacional

Encontro Internacional em Belém organizado pela revista *Économie & Politique* o Partido Comunista Francês (PCF), e a Associação Option Brésil, sobre “Financiamento da Transição Ecológica: mudar para enfrentar o desafio climático” apresenta alternativas ao modelo do sistema financeiro mundial

Jacy Afonso

É fundamental debatermos o financiamento verde e o crédito para a reconstrução do planeta, mas isso exige encerrar, de forma estrutural, o sistema financeiro internacional. No mundo de hoje, o FMI continua

a ocupar um lugar central na governança econômica global, condicionando políticas fiscais e monetárias, especialmente nos países do Sul Global.

Experiências recentes mostram que seus programas, muitas vezes atrelados a metas de austeridade, podem restringir investimentos públicos essenciais e agravar desigualdades — crítica recorrente entre economistas

progressistas, sindicatos e movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, cresce o debate, inclusive em think tanks progressistas e redes internacionais de esquerda, sobre reformar o mandato do FMI para incorporar justiça social, transição ecológica justa, combate à fome e trabalho decente como pilares, e não externalidades.

O presidente Lula tem vocali-

zando a importância de rever o papel da instituição, entre outras, que “sustentam um Plano Marshall às avessas, em que as economias emergentes e em desenvolvimento financiam o mundo mais desenvolvido”. É nessa direção que devemos orientar nossa intervenção.

Hoje, o setor produtivo vem perdendo participação nos PIBs nacionais devido à financeirização de nossas economias. Precisamos de uma nova conferência internacional que recoloque a liberdade e a dignidade humanas no centro, repensando o papel do FMI e do Banco Mundial. Nesse contexto, a iniciativa do Banco dos BRICS é uma novidade relevante, pois abre espaço para alternativas de financiamento mais alinhadas às prioridades do Sul Global.

Outro ponto crucial é enfrentar a hegemonia do dólar nas transações internacionais. Romper com esse monopólio e valorizar outras moedas no comércio global aumenta a autonomia econômica dos países e reduz as vulnerabilidades cambiais. Da mesma forma, é urgente taxar os super-ricos.

A implementação de mecanismos como a taxa Tobin (tributação sobre transações financeiras) e um imposto mínimo global sobre grandes fortunas e grandes patrimônios é passo importante para desestimular a especulação e financiar políticas ambientais e sociais.

Cuidar do clima não pode significar esquecer a fome. Por isso, a liderança do presidente Lula é estratégica: não apenas na COP30 e na agenda climática, mas também na luta para erradicar a fome, como o Brasil voltou a demonstrar ao sair novamente

do Mapa da Fome. Financiamento verde e crédito para a transição precisam vir acompanhados de reformas institucionais. O Brasil tem experiências que podem contribuir.

Em primeiro lugar, o papel dos bancos públicos. BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste são instituições fundamentais. Precisamos recuperar sua missão de desenvolvimento e não subordiná-la à lógica de rentabilidade dos bancos privados.

Não foi por acaso que, na crise de 2008–2009, esses bancos amorteceram o choque externo — o que Lula chamou de transformar um “tsunami” numa “marolinha”. O desempenho dessas instituições foi decisivo para preservar empregos e investimentos.

Também avançamos na democratização da governança: há representação de trabalhadores nos conselhos de administração de estatais como o Banco do Brasil, a Caixa e o BNDES — iniciativa da qual participei na organização.

Isso amplia a transparência e o compromisso social. Devemos ir além, incorporando representantes da sociedade civil, do setor produtivo, da indústria, da agricultura e dos serviços nesses conselhos, para que os bancos públicos reflitam o interesse público em sua integralidade.

No tema monetário, o Brasil acumula experiências com moedas sociais e bancos comunitários, que dinamizam economias locais e fortalecem o comércio nos territórios. Podemos, inclusive, pensar em uma “moeda verde” para financiar a transição ecológica e a reconstrução ambiental.

Mas é indispensável cuidar da cadeia produtiva associada a esse crédito: não adianta financiar reflorestamento se a execução ocorrer com trabalho degradante ou análogo à escravidão — práticas que combatemos firmemente no Brasil. Todo financiamento deve ter salvaguardas socioambientais robustas, rastreabilidade e critérios de trabalho decentes.

Precisamos, igualmente, garantir a qualidade do investimento: o recurso aprovado deve chegar à ponta, especialmente aos pequenos produtores, cooperativas e iniciativas locais, e não se perder em camadas intermediárias, consultorias e burocracias. Por isso, além das COPs, é essencial fortalecer as conferências da OIT para potencializar o trabalho decente como eixo de qualquer transição.

Proponho que a CUT e, em particular, os sindicatos de bancários, estabeleçam uma parceria internacional para qualificar e formular propostas concretas nessas frentes: reforma da governança financeira internacional, fortalecimento dos bancos públicos, criação de mecanismos de taxa justa, moedas alternativas e instrumentos de crédito com salvaguardas sociais e ambientais.

O encontro que debateu o financiamento da transição ecológica para mudar e enfrentar o desafio climático em Belém é um diamante lapidado em meio à mineração bruta de ideias: uma pedra preciosa que aponta caminhos numa conjuntura complexa. ■

Jacy Afonso é bancário. Foi presidente do Sindicato dos Bancários, da CUT e do PT no Distrito Federal



Haddad: “Equilíbrio fiscal e proteção social podem andar juntos”, defende o ministro da Fazenda

Inflação sob controle, PIB em alta e menos pobreza: os números do Brasil em 2025

Inflação controlada, desemprego em queda e crescimento sustentado marcam fase de estabilidade econômica no país

Henrique Nunes

A economia brasileira deve encerrar o atual ciclo presidencial em trajetória positiva. Após anos marcados por retração, desemprego elevado e instabilidade fiscal, os principais indicadores mostram avanço em áreas como crescimento, renda, emprego e equilíbrio das contas públicas.

Dados do IBGE, do Banco Central e de organismos internacionais como o Banco Mundial apontam para um quadro de recuperação com fundamentos sólidos. O desempenho ocorre em

meio a um cenário externo adverso, marcado por tensões geopolíticas, inflação global e desaceleração nas grandes economias.

A combinação de controle inflacionário, geração de empregos formais e medidas de justiça fiscal tem sido destacada por analistas como um diferencial da atual política econômica. A expectativa, segundo especialistas, é de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encerre seu terceiro mandato com os melhores resultados econômicos em mais de uma década.

Inflação, emprego e crescimento

A inflação acumulada em 12 meses está em torno de 4,6%,

dentro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional e bem abaixo dos dois dígitos registrados há poucos anos.

A taxa de desemprego caiu para 5,8%, o menor patamar desde 2012. O país encerra o ano com rendimento médio real dos trabalhadores em alta e ampliação do poder de compra das famílias, impulsionados pela valorização do salário mínimo e pela recuperação do mercado formal.

O Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer cerca de 2,5% em 2025, após expansão de 3,4% em 2024, segundo o Banco Mundial. O desempenho é sustentado pela retomada do consumo interno, investimentos públicos em infraestrutura e aumento das exporta-

ções agrícolas e industriais.

“Estamos falando de um cenário no qual o Brasil tem tudo para crescer, mesmo com as turbulências geopolíticas que estão acontecendo”, afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante evento do setor financeiro.

Contas públicas e arcabouço fiscal

Outro ponto de destaque é a melhora gradual das contas públicas. O déficit primário caiu para cerca de 0,3% do PIB, reflexo de maior arrecadação e controle de gastos. A dívida pública bruta, embora ainda elevada, estabilizou-se em torno de 76% do PIB, patamar considerado sinal de responsabilidade fiscal.

“Se mantivermos a estrutura do novo arcabouço fiscal, vamos recuperar o grau de investimento”, disse Haddad, em referência à credibilidade internacional do país.

O ministro também reforçou que o equilíbrio fiscal não significa abrir mão das políticas sociais. “Para cada super-rico no Brasil, conseguimos beneficiar 100 trabalhadores. Estamos entre as dez maiores economias do mundo, mas também entre as dez mais desiguais. É preciso corrigir isso com justiça tributária.”

Segundo ele, a reforma em andamento na tributação da renda e do consumo busca simplificar o sistema e torná-lo mais progressivo.

Pobreza, salário e proteção social

A taxa de pobreza recuou de 21,7% em 2023 para 20,9% em 2024, segundo o Banco Mundial. O aumento real dos salários e o fortalecimento de programas como o Bolsa Família contribuíram para esse avanço.

Para Haddad, o ambiente atual é resultado de uma combinação



Marcelo Camargo/Agência Brasil

inédita de políticas econômicas responsáveis e ações voltadas à inclusão. “Não precisamos de um impulso maior do que esse para crescer bem”, afirmou, destacando que o país vem conciliando estabilidade e crescimento sem recorrer a medidas artificiais.

Avaliação do mercado e os desafios futuros

Economistas apontam que o Brasil encerra este ciclo com fundamentos sólidos e projeções otimistas. “Lula entrega um país mais estável e previsível do que aquele que encontrou em 2022”, avalia Alessandra Ribeiro, economista-chefe da Tendências Consultoria.

Já Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central, afirmou que

“a equipe econômica conseguiu equilibrar prudência e compromisso social, algo raro na história recente”.

Apesar do cenário positivo, os desafios permanecem: elevar a produtividade, consolidar a reforma tributária e garantir o equilíbrio fiscal em meio às demandas sociais crescentes.

Ainda assim, o consenso entre analistas é de que Lula encerrará o terceiro mandato com os melhores indicadores econômicos em mais de uma década, fortalecendo o discurso de estabilidade e reconstrução após anos de crise.

“A economia global navega em águas inexploradas, mas o Brasil está conseguindo atravessá-las com segurança”, concluiu Haddad. ■

Golden Boys: investigado pela fraude do INSS vai à CPMI com sapato de R\$ 9.300 e permanece em silêncio

Amparado por habeas corpus do STF, jovem apontado como “cérebro tecnológico” do esquema se nega a responder aos parlamentares e tem celular apreendido

Fernanda Otero

Amparado por um habeas corpus concedido pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, Igor Dias Delecrode se manteve em silêncio durante sua oitiva na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, realizada nesta segunda-feira (10).

Aos 28 anos, o investigado é descrito por parlamentares como o “cérebro tecnológico” da mega-fraude que desviou bilhões de reais da Previdência Social, por meio da falsificação de assinaturas e do uso indevido de dados biométricos.

Responsável pelo desenvolvimento de um sistema que simulava o reconhecimento facial de beneficiários, Delecrode teria viabilizado a inscrição fraudulenta de 117 mil aposentados em apenas um mês.

Seu software permitia a inclusão em lote de pensionistas, incluindo o cadastro irregular de crianças — uma delas com apenas 6 anos — e até do personagem de quadrinhos Chico Bento.

De acordo com o relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), o jovem figura como sócio de seis empresas de tecnologia da informação: Power



Enquanto idosos esperam ressarcimento, investigado ostenta luxo e se recusa a fornecer senha de celular à CPMI

BI Software Tecnologia, Engaja Soluções, Rinotec, Sanc Soluções, ICD Tec Ltda. e Clint Hub Ltda. Ao ser questionado se possuía qualificação técnica, Delecrode afirmou que “programação é apenas um hobby”.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) foi enfático ao denunciar os privilégios jurídicos concedidos ao investigado:

“É a vitória da impunidade. Enquanto o povo brasileiro sofre, esses criminosos se protegem por brechas legais”, afirmou.

Pimenta também classificou Delecrode como um “milionário de Ferraris e Lamborghinis sem nunca ter trabalhado na vida, um cérebro tecnológico das organizações criminosas”.

Luxo e desigualdade à mesa da CPMI

O contraste entre a vida de luxo dos investigados e a pobreza das vítimas foi tema central da sessão. O vice-presidente da CPMI, deputado Duarte Júnior (PSB-MA), classificou como “nojento” o fato de Igor Delecrode ter comparecido ao Congresso usando um sapa-

to da grife Hermès, avaliado em R\$ 9.300.

O parlamentar relatou casos de pensionistas que perderam ações judiciais por causa de documentos forjados pelo esquema.

“Temos relatos de aposentados que entraram na Justiça para tentar reaver seu dinheiro e perderam a causa porque o magistrado considerou legítimos os documentos fraudados. Isso mostra a sofisticação do esquema e a vulnerabilidade das vítimas”, disse.

Após a sessão, Duarte Júnior voltou a criticar o cenário de desigualdade exposto pela investigação:

“É revoltante ver um jovem de 28 anos, que nunca trabalhou formalmente, usando calçados de luxo enquanto milhares de idosos passam necessidade por causa desse esquema criminoso.”

Celular apreendido e quebra de sigilo

Durante a reunião, o relator Alfredo Gaspar apresentou um requerimento, aprovado por votação simbólica, para apreensão do celular de Igor Delecrode e aces-

so a suas mensagens e e-mails. O aparelho, um iPhone com valor estimado em R\$ 8 mil, foi apreendido, mas o investigado se recusou a fornecer a senha, por orientação de sua defesa.

Os advogados alegaram que a medida não se enquadraria nas hipóteses previstas pelo Código de Processo Penal. A presidência da CPMI, no entanto, determinou que a senha será quebrada com apoio técnico da Polícia Federal e da Polícia Legislativa.

Prazo para ressarcimento é prorrogado

O deputado Paulo Pimenta anunciou ainda a prorrogação do prazo para pedidos de ressarcimento às vítimas do esquema. Inicialmente previsto para 14 de novembro de 2025, o prazo foi estendido para 14 de fevereiro de 2026, permitindo que mais pensionistas tenham tempo hábil para apresentar suas solicitações.

Segundo dados do Ministério da Previdência Social, mais de 3 milhões de aposentados e aposentadas já receberam os valores de volta, em devoluções que somam mais de R\$ 2 bilhões. ■

Onyx admite doação de R\$ 60 mil de investigado e nega conivência no esquema do INSS

Ex-ministro é cobrado por mudanças normativas, vínculos familiares e vetos que facilitaram fraude contra aposentados; deputados falam em omissão



Agência Brasil

Fernanda Otero

Durante mais de sete horas de depoimento à CPI do INSS, nesta segunda-feira (10), o ex-ministro da Previdência do governo Bolsonaro, Onyx Lorenzoni, tentou se desvincular do esquema investigado, classificado por parlamentares como “o maior assalto aos aposentados da

história recente do Brasil”.

À frente da pasta entre julho de 2021 e março de 2022, Onyx admitiu ter recebido R\$ 60 mil em doação de campanha de Felipe Macedo Gomes, ex-presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios, uma das entidades centrais no esquema de desvio de recursos do INSS.

A doação se tornou o ponto mais tenso do interrogatório. Questionado pelo relator Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), Onyx confirmou o repasse, mas negou qualquer

vínculo com o empresário:

“Essa relação maliciosa de causa e efeito inexistente. Candidato a governador e a presidente da República não se envolve no processo de arrecadação de campanha.”

Gaspar reagiu:

“A Amar Brasil é uma instituição bandida. Arrecadou milhões de reais, e um dos responsáveis pela Amar Brasil é Felipe Macedo Gomes. Onde o senhor entra aqui, ministro? Esses R\$ 60 mil foram vantagem indevida pelo exercício do cargo de ministro da Previdência?”



Decreto, vetos e vínculos familiares

Outro foco das críticas foi o papel de Onyx na mudança de regras que permitiram a proliferação de fraudes. O líder do governo na CPMI, Paulo Pimenta (PT-RS), apontou que a chegada de Onyx ao ministério marca o “marco temporal” da transformação de irregularidades isoladas em um esquema estruturado.

Pimenta citou o Decreto nº 10.537, assinado por Onyx e Bolsonaro em outubro de 2020, que autorizou entidades com outras finalidades a firmarem Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com o INSS. “O governo Bolsonaro promoveu mudanças que permitiram que entidades fantasmas operassem livremente, enquanto o governo Lula já devolveu mais de R\$ 2,5 bilhões aos aposentados”, disse. Ele também acusou a oposição de sofrer de “dissonância cognitiva”.

Rogério Correia (PT-MG) exibiu gráficos que mostram que as entidades com ACTs firmados durante o governo Bolsonaro foram as que mais arrecadaram indevidamente. “Foi o presidente Lula quem mandou parar de descontar tudo”, afirmou.

Welter (PT-RS) criticou os vetos aos artigos 124-E e 124-F da MP 871/2019, que proibiam o marketing ativo e o uso de dados para captação de clientela. “O veto foi justificado com base na LGPD e na ‘livre iniciativa’, o que é um ab-

Ex-ministro tenta se afastar das acusações, mas é pressionado por vínculos familiares e atos que favoreceram o esquema

surdo. Isso abriu as portas para o assédio comercial contra aposentados.”

Zeca Dirceu (PT-PR) foi ainda mais direto:

“O governo Bolsonaro foi o pior da história do país. Mortes por COVID-19, fome, e agora essa fraude. O Decreto 10.537 ampliou brutalmente a possibilidade dessas entidades fraudarem.”

A atuação do filho de Onyx também entrou na mira. O advogado Pietro Lorenzoni, segundo os parlamentares, atuava junto à União Brasileira de Aposentados da Previdência (UNIBAP), também investigada. Onyx negou

qualquer relação indevida:

“Claro que não. Ele tinha sociedade com um escritório em Porto Alegre e outra aqui. Na época em que essas coisas aconteceram, ele não tinha a menor ideia.”

Alencar Santana (PT-SP) apontou inconstitucionalidades nas medidas e destacou que a UNIBAP teve ACT aprovado logo após a assinatura do decreto. O deputado apresentou fotos de Onyx com dirigentes das entidades investigadas e questionou se houve uma “encomenda” para alterar as normas em favor desses grupos.

CPMI cobra responsabilidades

A sessão foi marcada por embates. O presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), conduziu o depoimento de forma conciliatória e permitiu que Onyx fizesse discursos sobre a gestão anterior. Parlamentares da base apontaram que o ex-ministro usou o espaço para autopromoção política.

As senadoras Leila Barros (PDT-DF) e Eliziane Gama (PSD-MA) questionaram diretamente a omissão do ex-ministro diante dos alertas sobre os ACTs e os mecanismos de assédio comercial.

Onyx respondeu que o INSS é uma “autarquia autônoma” e que não interferia diretamente nas decisões administrativas. Ainda assim, admitiu ter indicado José Carlos Oliveira para sucedê-lo, o mesmo que, como diretor do INSS, assinou acordos com entidades sob investigação.

Ao final da sessão, a CPMI aprovou novos pedidos de prisão preventiva contra cinco investigados, incluindo Felipe Macedo Gomes, e determinou a realização de uma acareação entre Antônio Carlos Camilo Antunes (o “Careca do INSS”) e o advogado Eli Cohen, um dos primeiros a denunciar as fraudes. ■



Em entrevista, Paulo Okamoto reforça importância da formação política às vésperas de ano eleitoral

Presidente da Fundação Perseu Abramo participou de entrevista no Café PT, da TvPT, e apresentou perspectivas de formação do partido

Redação Focus Brasil

Na última semana, o Café PT, programa da TV PT, recebeu o presidente da Fundação Perseu Abramo (FPA), Paulo Okamoto, para falar de sua participação do Encontro Nacional de Secretários e Secretárias Estaduais de Formação do PT, que aconteceu nos dias 28 e 29 de

outubro em Brasília e apresentar o Guia do Dirigente, produzido e lançado pela FPA.

“A estratégia do PT é jogar muito pesado na formação dos nossos dirigentes e mostrar que isso não é só obrigação do secretário de formação, mas também de outros secretários”, afirmou Okamoto, que aposta na formação política como pilar da construção partidária. Para ele, o partido está no caminho certo nos preparativos para o próximo ano eleitoral.

“Vamos levar uma turma entusiasmada para fazer o trabalho que precisa ser feito sabendo que, se quiser disputar as eleições, precisamos ter um partido mais preparado, mais organizado, mais planejado. Com isso, a gente acredita que teremos mais êxito”, ressaltou na entrevista, direcionando sua fala não somente aos dirigentes nacionais, mas aos agentes locais, de estados e municípios.

“Se formos capazes de fazer com que nossos dirigentes muni-

cupais se capacitem, se mobilizem e se formem, andaremos mais rápido nas tarefas que a gente tem de mudar o Brasil”, ratificou.

O encontro em Brasília teve a presença do presidente nacional do PT, Edinho Silva, que participou do debate sobre o papel da formação política na estratégia do partido.

Sobre o Plano Nacional de Formação Política 2026, Okamoto destaca a importância da formação dos dirigentes municipais. São eles que organizam as eleições na cidade, fazem plano o plano de trabalho e outras tarefas.

O diálogo com esses dirigentes “resulta num um partido mais exitoso para conversar com o povo brasileiro”, assinalou, ao falar do Nova Primavera que é uma formação aberta a todos filiados e militantes.

Encontro de dirigentes aponta caminhos

Okamoto destacou ainda o êxito do encontro organizado pelo partido em Brasília. Durante o encontro, foram eleitos os novos secretários estaduais, municipais e nacional de formação.

“Foram dois dias de discussões muito ricas. O PT realmente tem muito entusiasmo querendo eleger o presidente Lula e uma grande bancada”, destacou o presidente, reforçando a importância de não só reeleger o presidente da república, mas também fortalecer o Congresso.

Durante o encontro, os dirigentes de formação receberam orientações e instruções sobre o conjunto de políticas de formação que o PT tem ativos e em construção e ressaltou as tarefas que cada um tem a cumprir, tornando sólido o projeto, de alcance e unidade

nacionais.

Sobre o Plano Nacional de Formação Política 2026, Okamoto destaca a importância da formação dos dirigentes municipais. São eles que organizam as eleições na cidade, fazem plano o plano de trabalho e outras tarefas. O diálogo com esses dirigentes “resulta num um partido mais exitoso para conversar com o povo brasileiro”, assinalou, ao falar do Nova Primavera que é uma formação aberta a todos filiados e militantes.

“Somos 27 secretários de formação, centenas e centenas de formadores e temos muito conteúdo”, explicou. Repassamos o nosso conhecimento, os instrumentos o conteúdo que produzimos para os companheiros que estão chegando”, explicou.

Caminhos da vitória

O presidente da FPA observou que o partido tem recebido muitos novos militantes cujo perfil precisa estar vinculado à defesa das causas populares. Ao avaliar o cenário das eleições gerais de 2026, Okamoto acredita que é preciso ter um partido mais estruturado.

“A única forma da gente fazer isso é ter pessoas preparadas, o partido tem que ter essa qualidade”, salientou, ao informar que em breve as secretarias de comunicação e de organização farão seus encontros.

A fala de Okamoto é voltada principalmente aos dirigentes, que, afirma o presidente, precisam ter uma causa e “gostar de defender uma sociedade justa” para compor a administração do PT.

“Se você não gosta de defender uma sociedade mais justa, então não seja um dirigente do PT. O

dirigente do PT tem que ter uma causa, tem que gostar do povo, tem que gostar das pessoas”, avaliou Okamoto.

FPA: formação e aprendizagem

Durante a entrevista, Okamoto abriu oportunidade para que a audiência pudesse conhecer melhor o trabalho desenvolvido pela Fundação Perseu Abramo ao longo dos últimos anos – um contínuo trabalho de investimento em ambientes de aprendizagem, tanto em eventos presenciais, quanto online – por meio de seminários, debates e cursos.

“A fundação faz muita formação através de seminários, debates, juntamos muito conhecimento através de pesquisa e fazemos muitos cursos. É um ambiente virtual de educação que permite um acesso aos cursos. A fundação produziu muitos cursos na Escola Nacional de Formação”, detalhou.

Entre os muitos cursos disponíveis há o que disponibiliza orientações sobre como atuar nas redes digitais, sobre como se candidatar a vereador; curso para novos vereadores, cursos de planejamento, economia, história brasileira, sobre a questão agrária, entre outros.

“Temos muitos cursos, muito conhecimento pra gente se apropriar”, ressaltou Okamoto a afirmar que “quer estudar e entender melhor a realidade brasileira”, encontra espaço na Fundação Perseu Abramo – e quanto mais gente alcançar, melhor.

“Temos uma oportunidade muito grande de fazer com que tenha mais gente usando e abusando dos nossos cursos e conhecimentos”, concluiu. ■



Lançamento do programa de governo nas eleições de 2002 na Amazônia

Lucivaldo Sena / Acervo CSBH/FPA

Exposição virtual mostra relação histórica do PT com pauta ambiental

Documentos do acervo do CSBH, da Fundação Perseu Abramo, apontam que a preservação da natureza é tema do partido desde a década de 80

Claudia Rocha

Está disponível a partir desta sexta-feira (7), no site da Fundação Perseu Abramo, a exposição **“Ecologia sem luta de classes é jardinagem”: o Partido dos Trabalhadores na luta socioambiental**”.

Com produção do Centro de Documentação e Memória Política Sérgio Buarque de Holanda, o repertório virtual traz materiais históricos que mostram o acúmulo do PT na pauta do Meio Ambiente desde a década de 80 até os dias atuais.

São fotos, documentos, cartazes, entre outros itens, que destacam a organização da militância em defesa da preservação dos seis biomas brasileiros e o caminho percorrido na discussão da importância de ter no programa partidário o cuidado com o patrimônio ecológico.

“Diante das mudanças climáticas e do risco real que o nível de degradação ambiental representa para a humanidade, é natural que a pauta ambiental, de justiça climática, transição socioecológica e defesa dos povos tradicionais ocupe um lugar cada vez mais central na agenda do PT”, afirma Elen Coutinho, diretora da funda-

ção.

Na visão da diretora, o debate passa pela reflexão do modelo de produção. “Nos últimos anos, com o agravamento da crise climática e a ampliação do debate global sobre os limites do modelo de produção capitalista, essa discussão ganhou mais densidade. A compreensão de que ser anticapitalista também implica enfrentar as contradições socioambientais tornou-se cada vez mais coletiva”, comenta.

A estruturação, nos anos 90, da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT, que tem Saulo Dias como atual secretário, é um dos destaques do conteúdo. Outros pontos, como



Ecologia sem luta de classes é jardinagem: o Partido dos Trabalhadores na luta socioambiental

os avanços conquistados nas políticas públicas do setor e a atuação da Fundação Perseu Abramo dentro do tema, estão entre os tópicos disponíveis para pesquisa do público.

A coordenadora do CSBH, Vanessa Nadotti, explica a construção do nome da exposição. “Escolhemos o título em homenagem a uma fala de Chico Mendes. Entendemos que é indissociável para a qualidade de vida dos trabalhadores que o meio ambiente seja preservado, e que os direitos no campo sejam garantidos”, diz.

Linha do tempo

Em março de 1988, houve a primeira Reunião da Comissão de Ecologistas do PT com o objetivo de formular propostas para o I Encontro Nacional de Ecologistas do PT. Em seguida, em julho de 1988, foi organizado no interior do partido o Seminário Nacional de Ecologistas do PT, realizado no Instituto Cajamar, no interior de

São Paulo.

Neste mesmo ano, em texto assinado por Olívio Dutra, então presidente nacional da legenda, o partido já se pronunciava a favor da Amazônia brasileira. No ano seguinte, quando o PT concorreu à primeira eleição presidencial, o Grupo de Trabalho Questão Ambiental se reuniu com com objetivo de elencar diretrizes para o plano de governo nas eleições, pautando diretrizes políticas para o programa.

Dessa trajetória, surge o I Encontro dos Ecologistas do PT em 1991, que visava elaborar questões relativas à pauta ambiental para serem levadas ao I Congresso, também previsto para acontecer naquele ano.

Em 1993, por decisão do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, levando em conta as deliberações do I Encontro Nacional dos Ecologistas do PT, foi criada a Secretaria de Ecologia e Meio Ambiente do PT que, a partir daquele momento, deixava de ser

uma subsecretaria da Secretaria Nacional de Movimentos Populares para ganhar estrutura política de Secretaria Nacional.

Chico Mendes

No repertório virtual, há materiais que remontam momentos da vida política de Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, um dos principais quadros da militância política relacionada às causas ambientais.

Nascido em Xapuri, no Acre, ele foi assassinado a tiros em 1988 por grileiros de terra. Seringueiro, ele foi sindicalista e defendeu nacional e internacionalmente os direitos dos povos da floresta.

“Nosso acervo possui muitas notícias nos jornais de veiculação nacional do PT, como o Boletim Nacional, denunciando os crimes daquela região, além da passagem dele pela estrutura do Partido dos Trabalhadores, que mostram a árdua luta que ele travou como sindicalista em Xapuri e militante do partido”, aponta Nadotti. ■



Primeira mulher negra da história da Academia Brasileira de Letras, Ana Maria Gonçalves toma posse na cadeira 33 e marca uma nova era na literatura brasileira

Ana Maria Gonçalves é eleita para a ABL e quebra um silêncio de 128 anos

Autora de “Um Defeito de Cor” (Ed. Record) rompe barreiras históricas e se torna a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras

Henrique Nunes

A eleição de Ana Maria Gonçalves para a cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras (ABL) marcou um momento histórico na literatura brasileira. Em julho de 2025, a escritora mineira foi escolhida com quase unanimidade — 30 dos 31 votos possíveis — tornando-se a primeira mulher negra a integrar a instituição fundada em 1897.

A posse aconteceu na última sexta-feira (7), em cerimônia que encheu de africanidades um lu-

gar acostumado à branquitude. A ABL, em seus 128 anos de existência, jamais havia recebido uma mulher negra entre seus imortais.

A cerimônia aconteceu no tradicional Petit Trianon, sede da instituição no centro do Rio de Janeiro, e reuniu autoridades, artistas e acadêmicos em um evento que também marcou o aniversário da Casa. Ana Maria assumiu a cadeira 33, anteriormente ocupada pelo filólogo Evanildo Bechara, e foi recebida sob aplausos calorosos e emoção visível.

Uma nova imortal

O evento teve caráter simbólico desde os preparativos. O fardão

usado por Ana Maria foi confeccionado por profissionais do barracão da escola de samba Portela, em uma parceria inédita entre a ABL e o carnaval carioca.

O traje destacou elementos da cultura afro-brasileira e referências ao romance *Um Defeito de Cor* (Ed. Record), principal obra da escritora. “Vestir esse fardão é vestir as histórias de todas as mulheres negras que me antecederam”, afirmou Ana Maria em seu discurso.

A acadêmica Lilia Schwarcz foi responsável pela saudação oficial, destacando a relevância da nova imortal.

“Esta noite é histórica. Ana Ma-

Ana Maria Gonçalves e Gilberto Gil se encontram na ABL: duas vozes negras que transformaram a cultura brasileira com arte e memória

Dani Patra/ABL



ria Gonçalves não entra sozinha — entra acompanhada das vozes e memórias que a literatura brasileira por muito tempo silenciou”, disse.

O colar da ABL foi entregue por Ana Maria Machado, e o diploma, por Gilberto Gil, que também destacou a importância do momento para a cultura nacional.

Transmitida ao vivo pelo canal da ABL, a cerimônia terminou com um jantar para 300 convidados, com cardápio inspirado na culinária africana. Do lado de fora, músicos da Portela conduziram uma celebração popular que simbolizou a mistura entre erudição e ancestralidade.

“Essa vitória não é apenas minha. É coletiva, e abre caminho para muitas outras”, concluiu Ana Maria Gonçalves, em um discurso que foi recebido de pé pelos presentes.

“Estou feliz esta noite, uma noite marcante não só para mim, mas para muita gente que tem expectativa sobre essa cadeira aqui”,

Fardão da posse foi feito pela Portela e cerimônia teve homenagem à cultura afro-brasileira

completou a escritora.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também celebrou a posse

de Ana Maria na ABL. “A Academia Brasileira de Letras acertou em cheio ao eleger Ana Maria Gonçalves como sua nova imortal. Trata-se de uma homenagem merecida, de um justo reconhecimento a uma das melhores escritoras que temos hoje. Sua obra nos ajuda a compreender a história brasileira, infelizmente marcada pelas mazelas do racismo e da opressão. O livro *Um Defeito de Cor* foi meu companheiro durante o período em que estive injustamente preso... e sempre faço questão de recomendar a todos a sua leitura.”

Raízes e trajetória

Nascida em Ibiá, Minas Gerais, em 1970, Ana Maria Gonçalves começou a carreira como publicitária antes de se dedicar integralmente à literatura. Ao longo dos anos, tornou-se escritora, dramaturga, roteirista e professora de escrita criativa, além de participar ativamente de debates sobre cultura e identidade negra no Brasil.

Radicada na Bahia há quase duas décadas, ela também se destaca por sua atuação em projetos de valorização da memória afro-brasileira e na formação de novos autores.

Um Defeito de Cor e o resgate da história

Seu principal trabalho, o romance *Um Defeito de Cor*, publicado em 2006, é considerado uma das obras mais importantes da literatura contemporânea brasileira. Com quase mil páginas, o livro narra a trajetória de Kehinde, uma mulher africana escravizada que reconstrói sua vida no Brasil, abordando temas como escravidão, ancestralidade e resistência.

A obra venceu o Prêmio Casa de las Américas (2007), foi traduzida para o inglês e inspirou o enredo da escola de samba Portela no Carnaval de 2024. Mais recentemente, vem sendo adaptada para o cinema e para séries de TV, ampliando o alcance da autora entre novas gerações de leitores.

Um marco na representatividade literária

A eleição de Ana Maria Gonçalves é vista por críticos e coletivas como um marco de representatividade e um passo necessário para democratizar os espaços de consagração literária no país.

“É com muito atraso que a Academia reconhece a importância das mulheres negras na formação da cultura brasileira”, afirmou a Fundação Pedro Calmon, em nota.

Além de ser a primeira mulher negra a integrar a ABL, Ana Maria é também a 13ª mulher na história da instituição. Sua presença promete trazer novos debates sobre identidade, diversidade e o papel da literatura na reconstrução da memória nacional.

“Assumo para mim como uma das missões promover a diversi-



dade nessa casa e fazer avançar as coisas nas quais nela eu sempre critiquei, como a falta de diversidade na composição de seus membros, uma abertura maior para o público — o verdadeiro dono da língua que aqui cultivamos — e um maior empenho na divulgação e na promoção da literatura brasileira.”

Leia um trecho de Um Defeito de Cor

“Nasci em 1810, no reino do Daomé, hoje chamado Benim, e fui batizada de Kehinde. Não sei o dia exato, porque na minha terra o tempo era contado de outro modo. Mas lembro que o sol era forte e as mulheres da aldeia dançavam, celebrando a vida, quando minha mãe me deu à luz.

Fui trazida para o Brasil ainda criança, num navio negreiro abarrotado de corpos e silêncios. Lembro do cheiro do medo, da dor, e das vozes que rezavam em línguas que eu ainda não entendia. Quando desembarcamos, fui vendida como quem vende uma cabra ou um saco de mi-

lho. Aprendi cedo o preço do corpo e o valor da esperança.

Durante muito tempo acreditei que meu destino era sobreviver em silêncio. Mas as lembranças de minha mãe, a quem nunca mais vi, me empurravam para a vida. Diziam que dentro de cada um há uma semente que insiste em crescer, mesmo quando o mundo tenta pisoteá-la.

Escrevo agora para que saibam de mim, para que minha história não seja esquecida. Porque cada palavra é uma tentativa de voltar para casa. E talvez escrever seja a única forma de atravessar o tempo e reencontrar os que ficaram do outro lado do mar.”



A semana no mundo: instabilidade climática e geopolítica em ebulição

Organização: Fernanda Otero

Ondas de até quatro metros causaram mortes e destruição em Tenerife, nas Ilhas Canárias. No Japão, um terremoto de magnitude 6,9 gerou alerta de tsunami e acendeu o sinal de atenção para novos tremores nos próximos dias.

Enquanto isso, os holofotes da diplomacia internacional se voltam para a África do Sul, que encerra sua presidência no G20 sob tensão: Donald Trump anunciou boicote ao encontro, aprofundando o isolamento dos EUA em fóruns multilaterais.

Em paralelo, o Fórum China-África reuniu lideranças em Joanesburgo para reforçar a cooperação entre países do Sul Global e a crítica à ordem internacional vigente.

Terremoto de 6,9 sacode o nordeste do Japão

Um forte terremoto de magnitude 6,9 atingiu a costa da província de Iwate, no nordeste do Japão, no domingo (9/11), segundo a Agência Meteorológica Japonesa. O tremor, ocorrido a 10 km de

profundidade no mar, gerou um alerta de tsunami que foi cancelado posteriormente.

Até o momento, não há registro de feridos ou danos significativos, e as usinas nucleares da região seguem operando normalmente. O Japão mantém rígidos protocolos de segurança desde o desastre de Fukushima em 2011.

Em coletiva, um porta-voz da Agência Meteorológica alertou

para a possibilidade de réplicas ou tremores ainda mais intensos nos próximos dias. A primeira-ministra Sanae Takaichi usou sua conta na rede X para pedir que a população se afaste do litoral e mantenha vigilância.

As ondas de tsunami podem persistir por horas, atingindo repetidamente a costa. A província de Iwate continuava registrando tremores na segunda-feira.

Tempestade no mar deixa mortos em Tenerife

Uma tempestade marítima atingiu Tenerife, nas Ilhas Canárias, no sábado (8/11), e deixou três mortos e ao menos 15 feridos. Ondas de até quatro metros arrastaram dez pessoas no cais de Puerto de la Cruz, no norte da ilha. O arquipélago permanece em estado de pré-alerta.

As autoridades haviam emitido avisos de risco no litoral, mas diversos incidentes ocorreram após o desrespeito às barreiras de segurança. O alerta segue ativo até que as condições do mar se estabilizem.

China e África discutem governança e inovação

Joanesburgo sediou no dia 5/11 o “Diálogo do Sul Global – Fórum China-África”, com debates sobre governança, cooperação midiática, agricultura, comércio e inovação. O evento marca os 25 anos do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e reforçou o papel do Sul Global na formulação de novas agendas internacionais.

Representantes de governos, mídia e academia defenderam o fortalecimento da colaboração e a construção de um discurso compartilhado sobre desenvolvimento.

Trump boicota Cúpula do G20 na África do Sul

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou que não enviará representantes para a reunião do G20, marcada para os dias 22 e 23 de novembro, na África do Sul. Será a primeira vez que o encontro ocorre em solo africano.

Trump alegou, em sua rede Truth Social, que o país “persegue pessoas descendentes de colonos holandeses, franceses e alemães”. Em resposta, o Ministério das Relações Exteriores sul-africano classificou a acusação como “infundada e lamentável”.

Os Estados Unidos assumirão a presidência do G20 em 2026.



Trump ameaça processar BBC por US\$ 1 bilhão e amplia ofensiva contra a imprensa

Presidente estadunidense acusa estatal britânica de distorcer seu discurso sobre o ataque ao Capitólio; caso integra estratégia de intimidação a veículos de mídia

Fernanda Otero

Na mesma semana em que concedeu perdão “completo, total e incondicional” a dezenas de aliados envolvidos nos esforços para anular os resultados da eleição presidencial de 2020 — entre eles seu ex-advogado pessoal, Rudy Giuliani — o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, abriu mais um flanco de ataque contra a imprensa internacional.

O alvo da vez foi a BBC, ameaçada de um processo no valor de US\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 5,5 bilhões) por suposta difamação. Segundo os advogados do presidente, a emissora estatal britânica “editou de forma tendenciosa” um discurso de Trump para o documentário Panorama, a fim de

sugerir que ele teria incentivado seus apoiadores a invadir o Capitólio em 6 de janeiro de 2021.

O episódio, que provocou uma das maiores crises institucionais da história recente dos EUA e resultou em mortes, tornou-se peça central na acusação contra Trump.

De acordo com reportagem do The Guardian, a defesa do presidente alega que o documentário usou “declarações difamatórias, depreciativas e inflamatórias”, ao unir trechos desconectados do discurso em que Trump exortava manifestantes a “lutar como o inferno” horas antes da invasão.

A pressão já surtiu efeitos internos na emissora: Tim Davie, diretor-geral da BBC, e Deborah Turness, CEO de notícias, anunciaram suas renúncias. Em comunicado, a BBC afirmou que analisará a correspondência enviada pelos advogados de Trump e responderá “em tempo oportuno”.

Perdões presidenciais, bilhão em jogo e cortes na cúpula da BBC: Trump transforma ataques à mídia em política de governo

Estratégia de intimidação

A ameaça à BBC não é um episódio isolado. Ela se soma a uma estratégia recorrente de intimidação judicial adotada por Trump contra veículos de comunicação que considera críticos à sua gestão.

Desde que reassumiu a presidência, há pouco mais de um ano, o republicano já obteve acordos judiciais que ultrapassam US\$ 80 milhões com empresas de mídia e tecnologia.

Em julho, a Paramount Global, controladora da CBS News, pagou US\$ 16 milhões em um acordo sigiloso para encerrar uma ação movida por Trump no Texas. A ABC News, pertencente ao grupo Disney, firmou um acordo semelhante no valor de US\$ 15 milhões.

As gigantes Meta (Facebook) e Google (YouTube) também fecharam acordos financeiros para evitar disputas prolongadas com a administração Trump.

A escalada contra a imprensa coincide com o período eleitoral norte-americano e reforça a tática política de Donald Trump: transformar órgãos de imprensa em inimigos declarados, deslegitimando reportagens críticas por meio de ações judiciais bilionárias e alegações de parcialidade editorial. ■



08/11/1930

Governo dá anistia a revolucionários

Os participantes das revoltas tenentistas de 1922 e 1924 tiveram suas promoções reparadas após a assinatura de um decreto de anistia. A medida, assinada pelo governo federal, determinava que os ministros militares organizassem, com urgência, uma lista de oficiais prejudicados por terem participado dos levantes. A relação deveria incluir também os postos que esses oficiais deveriam ocupar, em uma tentativa de corrigir distorções históricas e reparar as perdas de carreira acumuladas ao longo das décadas.

As revoltas de 1922 e 1924 foram marcos do movimento tenentista, liderado por jovens oficiais do Exército insatisfeitos com o domínio das oligarquias na política da Primeira República. Em 1922, ocorreu a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro — considerada o início do movimento. Dois anos depois, no-

vos levantes aconteceram em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Na capital paulista, o episódio ficou conhecido como A Revolução Esquecida, o maior conflito bélico urbano da história da cidade.

A anistia representou um passo simbólico na reinterpretção desses movimentos, que durante muito tempo haviam sido tratados apenas como atos de insubordinação militar. Passaram, posteriormente, a ser reconhecidos também como expressões de inconformismo político e busca por reformas sociais. O decreto buscava restabelecer a dignidade dos oficiais punidos por defender ideias que, anos mais tarde, influenciaram transformações importantes na estrutura política e militar do país.

A decisão reacendeu o debate sobre o papel das Forças Armadas na história republicana brasileira, especialmente nas primeiras

décadas do século XX, marcadas por tensões entre o poder civil e militar. Ao reparar as perdas de carreira e conceder a reintegração simbólica dos envolvidos, o governo tentou conciliar um capítulo sensível da memória nacional, reconhecendo que o espírito reformista dos tenentes havia feito parte das mudanças institucionais que moldaram o país nas décadas seguintes.

No entanto, o movimento tenentista também carregava contradições. Embora defendesse a moralização da política e a ampliação da participação popular, mantinha traços autoritários e pouco diálogo com os setores civis. Assim, seu legado foi ambíguo: ao mesmo tempo em que impulsionou transformações e questionou o poder oligárquico, também reforçou a influência militar sobre o poder civil — uma marca que deixaria reflexos duradouros na vida política brasileira.



10/11/1937

Getúlio anuncia o Estado Novo: é a ditadura

O regime democrático foi extinto e a Constituição de 1934, revogada. A cavalaria cercou o Congresso para impedir a entrada dos parlamentares, e às 10 horas Getúlio Vargas assinou a nova Carta, seguido pelos ministros — exceto Odilon Braga, que pediu demissão. A Constituição concentrou poderes no Executivo, acabou com o voto universal e determinou que os sindicatos seguissem o modelo fascista.

Em pronunciamento à nação, Vargas criticou o Congresso e justificou o golpe afirmando que era necessário instaurar um “regime forte” para reorganizar o país. Argumentou que, diante do risco de

guerra civil e do enfraquecimento das instituições, a única saída seria substituir o sistema vigente por novos moldes de governo.

Elaborada por Francisco Campos, ministro da Justiça, e aprovada por Vargas e pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, a Constituição de 1937 instituiu o Estado Novo, inspirado na ditadura de Salazar em Portugal. O texto, conhecido como “Polaca”, proibia partidos políticos e exaltava a centralização do poder como meio de evitar conflitos ideológicos e sociais.

O golpe foi preparado meses antes, com o uso do Plano Cohen, documento forjado que alegava

uma conspiração comunista. Sua divulgação pelo rádio alimentou o medo popular e justificou medidas autoritárias, como o estado de guerra e prisões políticas. Em novembro, marchas integralistas demonstraram apoio ao regime, e em dezembro Vargas decretou o fim dos partidos e organizações civis, consolidando a ditadura.

Com a Constituição de 1937, o poder passou a emanar exclusivamente do presidente, definido como “autoridade suprema do Estado”. Assim, o Brasil entrou em um período de oito anos de governo autoritário — o Estado Novo, encerrado apenas em 1945.



09/11/1989

Alemães derrubam o Muro e unificam país

Na noite de 9 de novembro uma multidão começa a pôr abaixo o muro que durante 28 anos dividiu a cidade de Berlim. Ele havia sido levantado em decorrência da Guerra Fria, que também segmentou o mundo em dois blocos: o capitalista, liderado pelos EUA, e o socialista, dirigido pela antiga União Soviética (URSS). O Muro de Berlim era o maior símbolo da polarização geopolítica que resultou da Segunda Guerra Mundial.

O que restara da Alemanha nazista fora dividido em quatro áreas de ocupação a cargo da URSS, Estados Unidos, França e Reino Unido. Essa divisão levou ao surgimento de dois países: a República Federal Alemã (RFA), ou ocidental, vinculada ao mundo capitalista, e a República Democrática Alemã (RDA), ou oriental, ligada ao bloco soviético. Berlim, embora encravada na zona de ocupação soviética, foi igualmen-

te dividida em quatro áreas, gerando conflitos entre as potências na medida em que a Guerra Fria se acirrava. Em 1948, a URSS e o governo oriental chegaram a bloquear temporariamente toda Berlim.

O grande fluxo migratório de alemães orientais para a banda ocidental, a partir dos anos 1950, começou a ser reprimido pela RDA. Para conter a saída, o governo socialista projetou o muro em segredo. Sua construção foi iniciada em 13 de agosto de 1961, ao mesmo tempo em que as fronteiras entre os dois países eram militarmente ocupadas. O gradeamento metálico inicial deu origem a um muro de 66 quilômetros de extensão, com 302 torres de observação, 127 redes eletrificadas com alarme e 255 pistas de corrida para cães ferozes. A polícia da RDA tinha ordem de atirar em quem tentasse atravessá-lo

fora dos postos de controle.

Com o enfraquecimento da URSS nos anos 1980, a Guerra Fria atenuou-se. Antes da derrubada do muro já vinham ocorrendo manifestações na Alemanha Oriental reivindicando, entre outras coisas, liberdade para viajar.

O fato determinante da queda que surpreendeu o mundo foi um descontrole da informação dentro do governo da RDA, que no dia 9 anunciou a decisão de abolir as restrições de viagens ao Ocidente. A medida passaria a vigorar no dia seguinte, quando todas as agências governamentais tivessem sido avisadas, mas a notícia repercutiu imediatamente em rádios e televisões da Alemanha Ocidental.

Milhares de alemães do lado capitalista correram para os postos fronteiriços, exigindo a abertura das guaritas. Desorientada e vendo a multidão crescer, a polícia acabou permitindo que a fronteira se rompesse no posto de Bornholmer Strasse, às 23h.

Assistindo ao que se passava pela televisão, outras pessoas, dos dois lados, marcharam para o muro e começaram a detoná-lo em vários pontos. Os orientais eram recebidos com festa no lado ocidental. No dia seguinte, mais pessoas queriam atravessá-lo. O governo socialista decretou sua abertura, dando início à reunificação da Alemanha, que aconteceu oficialmente em outubro de 1990. O muro foi completamente derrubado.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



F U N D A Ç ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

📷 @fpabramo

✉ @fpabramo

📺 Fundação Perseu Abramo

☎ (11) 5571-2609

🌐 fpabramo.org.br

🌐 teoriaedebate.org.br

🌐 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
NÚCLEO DE POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICA CULTURAL



Centro de
Documentação e
Memória Política
Serviço Brasileiro
de Memória